



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
2º Grupo de Câmaras Cíveis  
*Subsele Desembargador Ricardo Paes Barreto*

010  
30  
m

**Agravo regimental nº 194014-9/01 – Comarca do Recife**

**Agravante:** Carlos Leonardo Camilo de Souza.

**Agravados:** Secretário de Administração do Estado, Secretário de Defesa Social e outros.

5522

**EMENTA:** PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. CONCURSO PÚBLICO DA POLÍCIA MILITAR. DESCLASSIFICAÇÃO. MANDADO DE SEGURANÇA BUSCANDO A MANUTENÇÃO NO CERTAME. ILEGITIMIDADE DOS SECRETÁRIOS DE ESTADO E COMANDANTES MILITARES PARA FIGURAR NO PÓLO PASSIVO. REMESSA DO FEITO AO PRIMEIRO GRAU. INTELIGÊNCIA DO ART. 24, I, DO RITJPE. RECURSO IMPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME. 1. De início, vale destacar que os Secretários de Estado e os Comandantes Militares agravados não detêm legitimidade para integrar o pólo passivo do mandado de segurança originário desta Corte de Justiça, por meio do qual busca o ora agravante reverter a sua desclassificação no exame psicológico do Concurso para Soldado da Polícia militar 2006. 2. Assim, a despeito das referidas autoridades tornarem público, através da Portaria Conjunta SARE/SDS nº045/06, o edital do concurso no qual o ora agravante restou desclassificado, nenhuma daquelas autoridades compõem a Comissão Organizadora do Certame, órgão que efetivamente acompanha e executa todas as etapas do processo seletivo, como estabelece a referida portaria, de forma que não podem ser responsabilizados pelo ato desclassificatório guerreado. 3. Por fim, no que se refere aos atos do Diretor-Presidente do IPAD, outro integrante do pólo passivo da ação constitucional, fica afastada a competência originária deste Tribunal de Justiça, nos termos do art. 24 do RITJPE. 4. Agravo regimental improvido à unanimidade.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do agravo regimental nº 194014-9-01, acima referenciado, **ACÓRDÃO** os Desembargadores integrantes da 2º Grupo de Câmaras Cíveis deste Tribunal de Justiça, em sessão realizada nesta data, unanimemente, no sentido de negar-lhe, nos termos dos votos, da ementa e das notas taquigráficas em anexo, que fazem parte integrante deste julgado.

P.R.I.

Recife, 27 de janeiro de 2010

  
Des. Ricardo Paes Barreto – Relator



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
2º Grupo de Câmaras Cíveis  
*Gabinete Desembargador Ricardo Paes Barreto*

**Agravo regimental nº 194014-9/01 - Comarca de Recife**

**Agravante:** Carlos Leonardo Camilo de Souza.

**Agravados:** Secretário de Administração do Estado, Secretário de Defesa Social e outros.

**RELATÓRIO**

Cuida-se de agravo regimental em face de decisão que, ao reconhecer a ilegitimidade dos 02 (dois) Secretários de Estado e dos Comandantes militares para figurar no pólo passivo do mandado de segurança em apenso, determinou a sua remessa ao juízo de primeiro grau.

Segundo o agravante, a decisão que se busca integrar merece reforma, posto que o Secretários de Estado e os Comandantes Militares são os responsáveis pelo lançamento do Edital do Concurso para Soldado da Polícia Militar 2006, assim teriam legitimidade para figurar no pólo passivo do *mandamus* que combate ato desclassificatório do ora agravante do certame em referência.

Entendo por não exercer o juízo de retratação, e apresento o recurso de agravo regimental para julgamento neste 2º Grupo de Câmaras Cíveis.

É o relatório.

Recife, 27 de janeiro 2010

*Des. Ricardo Paes Barreto*  
**Relator**



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
2º Grupo de Câmaras Cíveis  
*Gabinete Desembargador Ricardo Paes Barros*

012  
32  
m

**Agravo regimental nº 194014-9/01 – Comarca de Recife**

**Agravante:** Carlos Leonardo Camilo de Souza.

**Agravados:** Secretário de Administração do Estado, Secretário de Defesa Social e outros.

**VOTO**

Eis o teor da decisão monocrática agravada:

Trata-se de *mandamus* impetrado Carlos Leonardo Camilo de Souza contra os Secretários de Administração do Estado e Defesa Social e outros, cujo objeto é garantir a sua manutenção no Concurso Público para Soldado do Corpo de Bombeiro 2006, tendo em vista que o exame psicológico, etapa certame, no qual restou inapto não seguiu as disposições editalícias, revestindo-se de alto grau de subjetivismo, de forma que a sua desclassificação afigura-se ilícita. Pugna pela concessão de liminar *inaudita altera pars* ao presente *mandamus*, e no mérito requer o seu provimento, tendo em vista não ser portador de nenhuma deficiência clínico-psicológica, conforme atestados anexados aos autos, apresentando-se apto a prosseguir no certame. Autos conclusos. Feito o sucinto relato, decido monocraticamente. De início, vale destacar que os Secretários de Estado e os Comandantes Militares não detêm legitimidade para integrar o pólo passivo do presente *mandamus*, senão vejamos. Verifica-se no caso em tela, que o impetrante, ao ser aprovada na primeira fase do Concurso Público para ingresso no Corpo de Bombeiro Militar de Pernambuco, submeteu-se ao exame de psicológico, sendo considerado inapto, restando excluído do certame em referência. Ocorre que, a despeito das referidas autoridades tornarem público, através da Portaria Conjunta SARE/SDS nº045/06, o edital do concurso no qual o ora impetrante restou desclassificado, nenhuma daquelas autoridades compõem a Comissão Organizadora do Certame, órgão que efetivamente acompanha e executa todas as etapas do processo seletivo, como estabelece a referida portaria, de forma que não podem ser responsabilizados pela ato desclassificatório ora guerreado. Assim como o objeto do presente *mandamus* não diz respeito a eventual direito à nomeação dos cargos em disputa, mas apenas a manutenção do impetrante no certame ainda em curso, sobre o qual as autoridades acima referenciadas não têm qualquer ingerência, resta claro que não possuem legitimidade para figurar no pólo passivo deste mandado de segurança. No que se refere aos atos do Diretor-Presidente do IPAD, outro integrante do pólo passivo da presente ação constitucional, fica afastada a competência originária deste Tribunal de Justiça, nos termos do art. 24 do RITJPE. O art. 24 do RITJPE assim dispõe: "Art. 24 – Compete aos Grupos de Câmaras Cíveis: I – Processar e julgar: a) os mandados de segurança contra atos dos Secretários de Estado, do Comandante Geral da Polícia Militar, do Comandante Geral do Corpo de Bombeiros, do Prefeito e da Câmara de Vereadores da Capital, do Tribunal de Contas do Estado, do Procurador Geral de Justiça, do Conselho Superior do Ministério Público, do Colégio de Procuradores de Justiça, do Corregedor Geral do Ministério Público, do Procurador Geral do Estado e das Câmaras Cíveis e Criminais isoladas, bem como dos respectivos presidentes e juizes". No caso concreto, com o reconhecimento da ilegitimidade passiva dos Secretários de Estado e dos Comandantes Militares, ao Mandado de Segurança restou com autoridade coatora o Diretor Presidente do IPAD, o que evidencia, com sucedâneo no art. 24, I, do RITJPE, que o feito não deveria proposto originariamente para esta Corte de Justiça, devendo ser processado e julgado perante a Vara da Fazenda

13

013  
33  
m

Pública da Comarca do Recife, tendo em vista que o ora impetrado não se encontra no rol mencionado no citado artigo. Diante do exposto, com arrimo no RITJPE, mais especificamente no seu art. 24, I, determinando a remessa dos presentes autos ao juízo *a quo* para que processe e julgue o referido feito. Comunique-se de imediato. Cumpra-se. P. e I. Recife, 30 de julho de 2009

De início, vale destacar que os Secretários de Estado e os Comandantes Militares agravados não detêm legitimidade para integrar o pólo passivo do mandado de segurança originário desta Corte de Justiça, por meio do qual busca o ora agravante reverter a sua desclassificação no exame psicológico do Concurso para Soldado da Polícia militar 2006.

Assim, a despeito das referidas autoridades tornarem público, através da Portaria Conjunta SARE/SDS nº045/06, o edital do concurso no qual o ora agravante restou desclassificado, nenhuma daquelas autoridades compõem a Comissão Organizadora do Certame, órgão que efetivamente acompanha e executa todas as etapas do processo seletivo, como estabelece a referida portaria, de forma que não podem ser responsabilizados pelo ato desclassificatório guerreado.

Outrossim, como o objeto do *mandamus* não diz respeito a eventual direito à nomeação dos cargos em disputa, mas apenas a manutenção do agravante no certame, sobre o qual as autoridades acima referenciadas não têm qualquer ingerência, resta claro que não possuem legitimidade para figurar no pólo passivo do mandado de segurança.

Por fim, no que se refere aos atos do Diretor-Presidente do IPAD, outro integrante do pólo passivo da ação constitucional, fica afastada a competência originária deste Tribunal de Justiça, nos termos do art. 24 do RITJPE.

O art. 24 do RITJPE assim dispõe:

"Art. 24 – Compete aos Grupos de Câmaras Cíveis:

I – Processar e julgar:

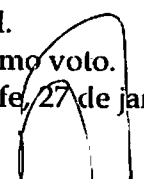
a) os mandados de segurança contra atos dos Secretários de Estado, do Comandante Geral da Polícia Militar, do Comandante Geral do Corpo de Bombeiros, do Prefeito e da Câmara de Vereadores da Capital, do Tribunal de Contas do Estado, do Procurador Geral de Justiça, do Conselho Superior do Ministério Público, do Colégio de Procuradores de Justiça, do Corregedor Geral do Ministério Público, do Procurador Geral do Estado e das Câmaras Cíveis e Criminais Isoladas, bem como dos respectivos presidentes e juizes".

Assim, com o reconhecimento da ilegitimidade passiva dos Secretários de Estado e dos Comandantes Militares, ao Mandado de Segurança restou como autoridade coatora o Diretor Presidente do IPAD, o que evidencia, com sucedâneo no art. 24, I, do RITJPE, que o feito não deveria ser proposto originariamente para esta Corte de Justiça, devendo ser processado e julgado perante Vara da Fazenda Pública da Comarca do Recife.

Feitas estas considerações, voto pelo não provimento do presente agravo regimental.

É como voto.

Recife, 27 de janeiro de 2010

  
Des. Ricardo Paes Barreto  
Relator